

ESPECIAL

FINTECH E O FUTURO DO DINHEIRO



unsplash

O dinheiro até pode desaparecer, mas as fintech vieram para ficar

O futuro do dinheiro está em aberto, em constante dinâmica e evolução, com as soluções tecnológicas a marcar o ritmo. E entre os principais *players*, operadores desta mudança, as *startups* financeiras – as designadas fintech – ganham terreno e recolhem cada vez mais apoio.

Quanto à celeridade da inevitável caminhada, enquanto as opiniões se vão dividindo entre o desaparecimento total, em termos físicos, do dinheiro, entram em jogo as fintech que, através de soluções inovadoras, aceleram e facilitam processos e, por isso, vão tendo um crescente apoio e *feedback* positivo quanto ao seu papel no futuro. E, em particular, na evolução do sistema financeiro português. Com os ventos da mudança a soprar em todas as frentes, o Jornal Económico convidou um grupo diversificado de *players* do universo financeiro a refletir sobre o futuro do dinheiro. Com um foco específico – o impacto que o surgimento das moedas digitais está a ter globalmente –, mas sem descu-

rar a realidade portuguesa e a forma como por cá estamos a lidar com os novos cenários trazidos, por exemplo, pelas criptomoedas, as quais já são tidas como um “importante motor” da digitalização do setor”.

Mas importa dizer que as criptomoedas são apenas uma parte da nova dimensão digital e tecnológica do sistema financeiro. A tecnologia por trás das criptomoedas, o *blockchain*, tem potencialidades alargadas para o setor, dada a sua utilização nas dimensões de *utilities*, segurança e protocolo, além das divisas.

Quanto ao papel das fintech no futuro do dinheiro, e a sua expectável progressão em Portugal, a reflexão dos *players* ouvidos espelha um denominador comum: a colaboração. Se num primeiro instante as *startups* financeiras foram entendidas como concorrentes, hoje assiste-se a uma aceitação, gradual é certo, mas que já se traduz em projetos concretos e com resultados palpáveis tanto para entidades

que aplicam as novas soluções, como para o consumidor final.

A posição da banca reflete total abertura e apoio, vindo na inovação que as fintech aportam respostas válidas, a ter em conta nos seus próprios processos, há muito em curso, de transformação digital.

Contudo, no que toca à regulamentação da atividade das fintech no nosso país, há ainda um longo caminho por fazer. E, tendo em conta a realidade europeia, podemos efetivamente estar longe. Neste contexto, o Banco de Portugal garante que está muito atento e focado em apoiar e dinamizar o debate em torno dos grandes desafios que a inovação digital coloca ao sistema financeiro e à sua regulação.

Para isso, criou um grupo de trabalho interno permanente, multidisciplinar, com o objetivo de estudar a evolução da banca digital e das fintech e de perspetivar, no horizonte temporal 2020, os desafios que se colocam no quadro das suas responsabilidades de regulação e supervisão. ●

ANÁLISE

Fintech ganham terreno e apoio da banca

A relação das fintech com a banca começa a descolar-se de uma lógica de concorrência para uma plataforma de colaboração e cocriação.

SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

Em 2017, o investimento global em fintech atingiu 31 mil milhões de dólares (cerca de 25 mil milhões de euros) refletindo a trajetória ascendente destas *startups* já que em 2016 o montante foi de 25 mil milhões de dólares (aproximadamente 21 mil milhões de euros),

Estes são os números apurados na última edição do relatório "Pulse of Fintech" da KPMG, que monitoriza o investimento em fintech à escala global, registados num ambiente que contraria o mais expectável, ou seja, ao invés da promoção de concorrência com as fintech, as instituições financeiras estão a criar plataformas de cocriação e colaboração, incorporando, de forma colaborativa, inovação e diferenciação nos seus modelos de negócio. "Esta lógica colaborativa pode ter impactos muito positivos nas ofertas de produtos e serviços e na eficiência das instituições", afirma, ao *Jornal Económico*, o vice-presidente da KPMG Portugal, Vítor Ribeirinho.

A presença, e evolução, das fintech no mercado nacional está na ordem do dia e os discursos convergem para a sua importância e coexistência com a banca. Fernando Faria de Oliveira, presidente da APB – Associação Portuguesa de Bancos, em ensaio publicado no *Jornal Económico* de dezembro último, ao analisar a última década do sistema bancário em Portugal, destaca que "ao contrário da ideia que parece existir, o setor entende que a competição entre bancos e não bancos pode ser saudável para o mercado e deve ser incentivada. Mais do que um desafio, os bancos olham para as mudanças no comportamento dos consumidores e na inovação tecnológica como uma oportunidade que têm de aproveitar".

Defendendo que um dos grandes temas que a banca enfrenta na nova era digital se prende com o aumento da concorrência, reforça que existi-

ção novos *players*, nomeadamente nos pagamentos e no crédito, referindo-se particularmente às fintechs e às grandes empresas tecnológicas e plataformas digitais. "As *startups* fintech, mais do que concorrentes, surgem como importantes parceiros potenciais dos bancos. A cooperação com startups traz grandes vantagens a ambas as partes. Já as grandes empresas tecnológicas, com todo o seu potencial financeiro e tecnológico, têm capacidade para lançar plataformas financeiras a nível mundial", conclui.

Para João Freire de Andrade, Head of Venture Capital do BiG - Banco de Investimento Global, nesta fase não existirão substituições (da banca por fintechs ou gigantes tecnológicas) mas "aos poucos algumas peças começam a juntar-se e a tornar esta ameaça para o setor mais palpável e possível". Na sua ótica, todos os gigantes tecnológicos da atualidade, como a Amazon, podem ser concorrência para a banca nacional mas, dada a uniformização do acesso às contas previsto pela Diretiva dos Serviços de Pagamento revista (PSD2), também os bancos internacionais e fintechs terão "ainda mais facilidade de vir buscar negócio a Portugal". Em resposta ao que apelida de ser a "UBERização" da banca, o responsável, afirmando desde logo que o setor "não está bem encaminhado", recorda que dada à falta de rentabilidade da maioria dos bancos, começaram a ser impostas comissões

para todo o tipo de operações, foram fechadas agências, tentando privilegiar o contacto online sem reformular e adaptar estes canais. "Isto faz sentido a nível económico mas coloca estes bancos na mesma arena que as empresas tecnológicas. Estas empresas são especialistas no contacto digital, criam soluções com ótimas experiências de utilização e, na sua grande maioria, sem custos para o utilizador", reforça, acrescentando que "felizmente o PSD2 é muito mais que uma norma regulatória. É o início de uma era de banca aberta e uma tremenda oportunidade para os bancos começarem a colaborar com outras empresas de forma sistematizada. Como inspiração para o setor financeiro deveríamos ter as fintechs nacionais que, com capacidade de execução, foco e menos recursos para competir com os incumbentes nacionais e internacionais, vão avançando e conquistando clientes. Talvez com cooperação com estas fintech seja realmente possível criar produtos de valor acrescentado e reduzir os incentivos para autorizar a Google a aceder à nossa conta bancária", conclui.

Na leitura de Sebastião Lancastre, CEO da EasyPay, corroborando que não haverá lugar a substituições, considera que estamos a assistir à entrada de novas empresas no mercado, como é o seu próprio caso, as quais "irão certamente ajudar os bancos neste processo, tornando-os mais digitais". Em seu entender, os bancos existirão sempre "mas há serviços que vão passar de mãos, nomeadamente aqueles que têm a ver com as contas do dia a dia, ou seja, as contas de pagamentos mais simples, que poderão passar para as fintech".

Também o especialista da EY João Rueff Tavares coloca de parte o cenário das substituições, considerando que o novo paradigma se prende com o papel que cada interveniente irá assumir neste novo ecossistema. "Cada interveniente terá de encontrar o seu 'espaço'. É certo que o pon-

Em 2017, o investimento global em fintech atingiu cerca de 25 mil milhões de euros, refletindo a trajetória ascendente destas 'startups'



D.R.

to de partida é diverso entre os vários *stakeholders* e que os bancos, nos últimos anos, têm, gradualmente, procurado resolver problemas decorrentes de “*non performing exposures*”, algo que não é comparável no contexto de entidades não financeiras ou novos entrantes no mercado, naturalmente mais ágeis, como as *fintechs*, elucidam os consultores. Assim, defendendo que a banca (a prestação de serviços financeiros bancários), tal como a conhecemos, vai ser “significativamente diferente no futuro”, consideram que terá de “embarcar numa jornada transformacional, disruptiva”, sendo que na sua perspetiva, a colaboração entre os vários *stakeholders* (tais como *fintechs*, entidades de *venture capital*, entre outros) “é imperativa”. “Está a formar-se um novo ecossistema para a prestação de serviços financeiros bancários, e os bancos tradicionais têm de compreender e decidir qual o papel que pretendem desempenhar nesse ecossistema”, remata.

Por outro lado, partindo do princípio de que “os modelos de negócio das *fintechs* são sinónimo de *disrupção*”, sobre o seu papel no futuro, acrescenta que suportadas por inovações, sem paralelo, em *financial technology*, ocupam na esmagadora maioria o espaço *cashless* e são, portanto, potenciadores da desmaterialização do dinheiro e da democratização do acesso aos serviços financeiros. “O papel das *fintechs* neste novo ecossistema é incontornável, em que, através de novas ofertas e modelos, terão um papel fundamental no aumento da transacionalidade, com diversas vantagens, desde logo ao nível do *pricing* e conveniência para os consumidores finais”, reforça.

Para Duarte Líbano Monteiro, CEO da Ebury Ibéria, “é muito provável que as *fintech* ganhem quota de mercado em diferentes nichos e, embora o impacto não seja muito grande em termos percentuais, o banco será forçado a encontrar eficiências através de redução de custos ou mais fusões. Em sentido contrário, frisa, se o setor se tentar transformar e colaborar com as *fintech*, as probabilidades viram-se para a abertura de oportunidades para ambos os *players* de mercado. “A médio prazo podemos ver a evolução do modelo de negócio dos bancos para uma plataforma que, além de seus produtos core, oferecem serviços complementares das *fintech*, incluindo crédito ao consumo. “Desta forma, o serviço ao cliente será melhorado através de uma gama mais vasta de produtos e este será mais direcionado a alcançar níveis mais elevados de eficiência em processos e serviços. Esta evolução permitirá à banca posicionar-se face aos *players* tecnológicos como a Google, Amazon ou Apple, que a qualquer momento podem entrar no mercado financeiro”, alerta também.

Regulação a caminho?

A emergência da regulação das *fintech* no mercado nacional pode ainda agigantar-se este ano, com o já referido estudo da KPMG a mostrar que a tendência de afirmação das *fintech* pelo mundo fora deve acentuar-se em 2018, fruto da entrada em vigor da Diretiva dos Serviços de Pagamento revista (PSD2), que terá impactos a diversos níveis, sendo que alguns podem ser disruptivos para a prestação de serviços de pagamento a nível europeu. A diretiva vem responder à crescente digitalização dos serviços financeiros, que se traduziu no surgimento de novos prestadores de serviços de pagamento, soluções de pagamento inovadoras, utilizadas por mais exigentes e novos desafios para a segurança das operações.

É este cenário que vem abrir oportunidades para as *fintech*, já que vem também regular dois serviços de pagamento que, até à data, não tinham enquadramento regulamentar – os serviços de informação sobre contas e os serviços de iniciação de pagamentos. Estes serviços serão prestados aos utilizadores online por prestadores que se consideram terceiros na relação entre o utilizador e o banco. Estes terceiros terão, mediante o consentimento dos utilizadores, acesso aos dados das contas dos clientes bancários e poderão, por exemplo, no caso dos serviços de informação sobre contas, fornecer informação agregada sobre contas detidas em vários bancos e possibilitar serviços de gestão dos orçamentos das famílias ou da tesouraria das empresas.

Quanto à regulação desta “entrada em jogo” das *fintech*, o Banco de Portugal (BdP), em declarações ao Jornal Económico, salienta que tem vindo a dedicar uma crescente atenção ao tema, “procurando apoiar e dinamizar, ao nível nacional, o debate em torno dos grandes desafios que a inovação digital coloca ao sistema financeiro e à sua regulação”. Para tal, criou um grupo de trabalho interno permanente, multidisciplinar, com o objetivo de estudar a evolução da banca digital e das *fintech* e de perspetivar, no horizonte temporal 2020, os desafios que se colocam no quadro das suas responsabilidades de regulação e supervisão. O BdP dá ainda nota de que irá intensificar, em 2018, a sua atividade nesta área, pretendendo concretizar iniciativas como os “*Fintech Meetings*”, que serão semestrais e onde junta os principais operadores e associações nacionais; a criação de um canal dedicado para as *fintechs* interagirem com o BdP; uma conferência anual sobre o tema; proceder à caracterização do setor ao nível nacional; ou ainda a elaboração de um *handbook* de regulação e supervisão específico para este segmento, bem como a reativação do Fórum Nacional para os Sistemas de Pagamentos, com a inclusão das associações representativas deste setor. ●

OPINIÃO

A Banca ‘digital’ do futuro



MÁRIO TRINCA
Partner da EY

As instituições financeiras bancárias estão continuamente a ser desafiadas por novas exigências regulamentares, expectativas crescentes dos clientes bancários e *disrupção* ímpar a nível tecnológico. Em acréscimo, são cada vez mais o número de entrantes no setor financeiro (eg. *fintechs*), que introduzem propostas de valor apelativas aos diversos consumidores.

A oportunidade é agora, para os bancos reformularem os seus modelos operativos e de negócio e desempenharem um papel relevante no novo ecossistema financeiro que está em desenvolvimento.

Quanto à Regulação, esta continuará a evoluir de modo a promover alterações direcionadas para uma inovação ‘controlada’ e Open Banking. Como exemplo, GDPR, PSD2, CMA e OBWG (estas últimas no Reino Unido), constituem verdadeiros pilares na fundação de um novo ecossistema financeiro.

As inovações tecnológicas, por seu lado, estão a proliferar no mercado, endereçando os desafios e necessidades de uma nova geração de consumidores. Exemplos como Internet of Things, Distributed ledger technologies, Robotic Process Automation, Smart Contracts, Artificial Intelligence, de forma combinada ou autónoma, estão a permitir a criação de novas formas de trabalhar e de interação entre os vários *stakeholders*.

Neste contexto, o ecossistema financeiro em formação exige a participação de um conjunto diversificado de *players*, desempenhando papéis diversos, onde a colaboração é imperativa. Os bancos, por seu lado, têm a possibilidade de decidir o que alavancar para satisfazer as necessidades dos consumidores, de forma

apelativa (em serviço, comodidade e preço), e permanecerem competitivos no mercado.

Na jornada para a construção do banco ‘digital’ do futuro, identificamos dez questões, cuja resposta irá determinar a estratégia a adotar pelas instituições financeiras bancárias:

Defender o status quo ou ser disruptivo?; Ser *first mover* ou seguidor?; Transformar ou inovar?; Especializar ou integrar?; Que área vai liderar?; Negócio, Operações, Tecnologia?; Diversificar ou focar?; Buy or build?; Ou que alianças devem ser estabelecidas?

Enfoque no cliente ou no produto?; Distribuição da oferta mono ou multi-channel (presenciais, não presenciais ou assistidos)?; Qual o papel a assumir no novo ecossistema?.

A banca tradicional tem batalhado, com dificuldade, para oferecer uma verdadeira experiência digital, end-to-end, aos seus clientes internos e externos, quer por uma combinação dos sistemas legados existentes quer pela simples ausência de capacidade de, verdadeiramente, se transformar.

É certo que o conceito de Open Banking implica evidentes ameaças para os bancos incumbentes mas, da mesma forma, potencia também novas oportunidades para potenciar o crescimento. A digitalização dos serviços financeiros é incontornável e está no centro da economia digital. As possibilidades de inovação são inimagináveis e, quanto a mim, vivemos tempos tão desafiadores quanto entusiasmantes. ●

Esta é a oportunidade para os bancos reformularem os modelos operativos e de negócio e desempenharem um papel relevante no novo ecossistema financeiro



Christian Hartmann/Reuters

CRIPTOMOEDAS

Podem as divisas digitais substituir o dinheiro físico?

Os agentes do setor dividem-se sobre se o 'cash' está condenado e sobre o papel das criptomoedas no futuro financeiro. É, no entanto, consensual que Portugal está a acompanhar os avanços tecnológicos.

LEONOR MATEUS FERREIRA
lmferrreira@jornaleconomico.pt

O dinheiro físico pode ainda não ter o óbito oficialmente declarado, mas a tendência é de diminuição do *cash* em circulação, especialmente nas economias desenvolvidas. As grandes dúvidas são se o futuro caminha para um mundo *cashless* e quais as alternativas.

“Em grande parte, as criptomoedas foram um motor importante da digitalização do setor. O que estamos a assistir é uma mudança de paradigma total do setor”, explicou o CEO da fintech Easypay, Sebastião Lancastre.

João Freire de Andrade, *head of venture capital* do Banco de Investimento Global, não parece ter dúvidas quando a questão é como vê o futuro do dinheiro. “Invisível”, diz. “Ao longo dos séculos, têm surgido diversas inovações com o objetivo de facilitar a transação de valor – a própria moeda, notas, cheques, transferências digitais e, agora, as criptomoedas. Creio que

a função do dinheiro se manterá. No entanto, a forma irá metamorfosear-se de acordo com a conveniência que a tecnologia permitir”.

O responsável pelo fundo português de capital de risco focado em fintech considera que as divisas digitais são facilitadores da visão de conveniência e invisibilidade do dinheiro. “Tecnicamente, permitem a facilidade na transação – incluindo grandes montantes – deixando o rasto necessário para cumprirmos os controlos regulatórios exigidos pelos supervisores”, afirmou Freire de Andrade, acrescentando que “ainda existe um vasto espaço para a disrupção e para a evolução do setor, especialmente em Portugal”.

As criptomoedas são apenas parte de uma nova dimensão digital e tecnológica do sistema financeiro. A tecnologia por trás das criptomoedas, o *blockchain*, tem potencialidades alargadas para o setor, dada a sua utilização nas dimensões de *utilities*, segurança e protocolo, além das divisas.

No entanto, são também uma

parte que é alvo de muitas críticas. “Não acreditamos [que o futuro passe por divisas digitais], até porque as moedas digitais não estão reguladas por nenhum governo, nem por nenhum banco. O maior problema que enfrentam é a falta de transparência”, referiu a fintech de câmbio Ebury, acrescentando que o “dinheiro físico como o conhecemos dificilmente desaparecerá”. Segundo a Ebury, a circulação de dinheiro físico está demasiado disseminada pelos Estados e a quantidade nas mãos das populações está diretamente ligada à economia real, pelo que a morte do dinheiro não deverá estar próxima.

Sebastião Lancastre, da EasyPay, contra-argumenta questionando: “Se deixássemos de utilizar uma moeda por esta ser utilizada em esquemas fraudulentos e de lavagem de dinheiro, o que nos resta? Voltamos à economia de subsistência e de trocas de couves por alfaces?”. Considera que a segurança da *bitcoin* é de grande importância, mas também que as criptomoedas são “perfeitas”, por estarem pouco

expostas às leis dos Estados, serem regidas pela lei básica da oferta e da procura e pela possibilidade de transferência de capital rapidamente de qualquer parte do mundo. “O futuro vai acontecer de qualquer forma e passa pelas moedas criptográficas”, defende.

De forma conciliadora, Vitor Ribeirinho, *deputy chairman* da KPMG Portugal lembra que o caminho para uma sociedade *cashless* não ocorre à mesma velocidade em todo o lado. Na Suécia, por exemplo, 97% da população tem acesso a cartão bancário e 85% tem acesso a *homebanking*, de acordo com dados do banco central sueco, “mas há geografias em que a ausência de infra-estruturas tecnológicas impede que essa seja uma visão realista num futuro próximo”, diz.

Em Portugal, fonte oficial da SIBS indica que são processados mais de 20 milhões de cartões existem mais de 1,3 milhões de utilizadores de *homebanking*. “Estamos no bom caminho, temos um sistema de pagamentos avançado e eficiente, reconhecido internacionalmente e que mostra sinais de querer manter-se na linha da frente da inovação. Mas ainda existe um elevado peso do numerário como instrumento de pagamento”, explicou Vitor Ribeirinho.

Apesar de não ser consensual se é ou não prematuro pensar no fim do dinheiro físico e qual o lugar das criptomoedas no cenário futuro, os agentes do setor concordam que Portugal é um país avançado na digitalização do setor financeiro e estão confiantes na transição do país para um sistema tecnológico, a acompanhar as exigências dos portugueses. “Os utilizadores são cada vez mais exigentes e procuram uma experiência ágil e eficiente e essa é dada por estas ferramentas. Portugal é um país voltado para a tecnologia, caracterizado por ser *early adopter* de novos produtos, principalmente quando comparado com outros países europeus”, destaca a Ebury.

Já Vitor Ribeirinho, da KPMG, considera que o caminho será tão mais rápido quanto maior a capacidade de os *players* trazerem para o mercado soluções seguras que vão ao encontro das necessidades e expectativas dos diferentes perfis de consumidores”.

A tecnologia financeira está a desempenhar um papel essencial na transformação da banca a nível global, segundo Freire de Andrade, do BiG, que considera que Portugal tem boas *startups* a trabalhar no tema. No entanto, alertou que “bancos, Governo e reguladores ainda não estão suficientemente organizados para aproveitarem esta mudança da melhor forma”. “Para realmente aproveitar esta vaga, Portugal deve definir estrategicamente como e onde quer ser o melhor na Europa sem fronteiras bancárias”, acrescentou. ●

“Portugal tem boas ‘startups’ a trabalhar a tecnologia financeira, mas bancos, Governo e reguladores ainda não estão suficientemente organizados para aproveitarem esta mudança da melhor forma”, diz Freire de Andrade, do BiG

REGULAMENTAÇÃO

Já há 58 locais em Portugal onde pode pagar com bitcoin

Apesar do ‘boom’ de investimento em ativos digitais, as criptomoedas caem num vazio legal. Em Portugal, já é possível fazer pagamentos com bitcoin, mas os reguladores avisam que os riscos poderão ser demasiado elevados.

LEONOR MATEUS FERREIRA
lmferreira@jornaleconomico.pt

Criptomoedas como a bitcoin têm sido vistas como uma forma de investimento dadas as valorizações expressivas ao longo dos últimos anos, especialmente em 2017. Mas já não é só isso: existem vários locais onde se usar criptomoedas para fazer pagamentos. O que não existe é enquadramento legal ou regulamentação.

A organização Bitcoin Portugal explica que uma das utilizações mais comuns das bitcoins é para criar cartões de presente em serviços como o Gyft ou Purse.io, que podem posteriormente ser gastos em sites de compras online como Amazon, eBay ou iTunes.

Além das gigantes tecnológicas do setor do retalho, há várias lojas com presença online que já aceitam bitcoin. O difícil é perceber quais são. Para isso é que existem motores de busca como o Spendabit, onde se pode pesquisar pelo tipo de produto, ou o useBitcoins.info, que se foca em empresas de serviços que aceitam bitcoins como forma de pagamento.

Por muito tecnológico que seja o setor, também há vida fora da internet e existem opções no mundo físico. O site CoinMap.org permite encontrar negócios que aceitem bitcoins consoante a área geográfica. De acordo com os dados do site, existem neste momento 11.890

estabelecimentos por todo o mundo (especialmente concentrados na Europa e EUA) que aceitam este pagamento. Em Portugal, há 58 locais, incluindo hotéis, restaurantes e lojas, dos quais quatro estão no Porto e 34 na Área Metropolitana de Lisboa.

A Bitcoin Portugal faz, no entanto, o aviso: “A bitcoin permite trocar dinheiro de uma forma distinta à de um banco. Como tal, existem algumas chamadas de atenção na sua utilização. É importante informar-se antes de utilizar a bitcoin para transações importantes”, refere, apontando para questões como o facto de o preço da criptomoeda ser volátil ou de as transações serem irreversíveis.

As criptomoedas continuam a cair num vazio legal e regulatório, o que aumenta os riscos, segundo o Banco de Portugal, que faz coro com muitas outras instituições portuguesas e internacionais.

“A atividade de emissão e de comercialização de moedas virtuais não é regulada, nem supervisionada pelo Banco de Portugal ou por qualquer outra autoridade do sistema financeiro, nacional ou europeia, nomeadamente pelo Banco Central Europeu”, explicou o regulador. “A ausência de regulamentação sobre operações com moedas virtuais não torna estas atividades ilegais ou proibidas. Mas as entidades que emitem e comercializam moedas virtuais não estão sujeitas a qualquer obrigação de autorização ou de registo junto do Banco de Portugal, pelo que a sua atividade não é sujeita a qualquer tipo de supervisão prudencial ou comportamental”.

O regulador alerta, por isso, que a aceitação do valor nominal de bitcoins não é obrigatória por parte dos estabelecimentos e que não existe proteção legal que garanta direitos de reembolso aos consumidores utilizarem moedas virtuais para fazer pagamentos, ao contrário do que acontece com instrumentos de pagamento regulados.

Também pela falta de enquadramento legal, os rendimentos gera-

dos com criptomoedas são tributáveis em Portugal, mas apenas em teoria porque a lei portuguesa não prevê criptomoedas, segundo explicou recentemente a Autoridade Tributária (AT). A exceção, ou seja, os casos em que é tributável são rendimentos gerados através de ganhos obtidos com compra e venda ou troca por moeda real, por obtenção de comissões pela prestação de serviços relacionados com criptomoedas ou por ganhos referentes a vendas de produtos ou serviços em criptomoeda. ●



Ints Kalnins/Reuters

PUB

Banco de Portugal alerta que não existe proteção legal que garanta direitos de reembolso aos consumidores, ao contrário do que acontece em sistemas de pagamento regulados

Tocar e Pagar

É a maneira mais fácil de pagar com o telemóvel

Com o **Seqr** podes pagar em qualquer parte do mundo em que exista um terminal contactless.

www.seqr.com

COLABORAÇÃO É PALAVRA DE ORDEM NO FUTURO DIGITAL

1 O DINHEIRO FÍSICO VAI ACABAR?



JOÃO FREIRE DE ANDRADE
Head of Venture Capital
BiG - Banco de Investimento Global

1. Feliz e infelizmente, não vai acabar. Felizmente porque será sempre necessário não tão 'tech savvy' ou propensas à utilização de tecnologia. Irão sempre precisar da visão física do dinheiro. Infelizmente porque a 'black economy' e a fuga aos impostos é muito facilitada por este meio.

2. Como clientes, todos queremos, consciente ou inconscientemente, as formas mais práticas de utilizar um serviço. Se há umas décadas ir ao multibanco era sinónimo de enorme conforto, para a minha geração é um pesadelo ter de sair do lugar para tratar seja do que for. Quando o mercado é livre e de fácil mudança entre concorrentes, é natural que os clientes flutuem de fornecedor em fornecedor até chegarem ao que melhor se adapta às suas necessidades.

3. Para o regulador a reflexão que deixo é a necessidade imperativa de se criar uma 'regulatory sandbox' ou um 'innovation hub'. Este tipo de figuras são essenciais para que quem está a inovar – sejam startups ou os próprios incumbentes a tentar reinventar-se – tenha um processo estabelecido com o regulador de forma a que as inovações possam receber feedback da supervisão regulatória e ter um carimbo de qualidade. Os reguladores podem ainda usufruir desta metodologia para colocar em marcha alterações exigidas pelo BCE. A Inglaterra, Singapura ou Alemanha já o estão a fazer muito bem. Isto seria uma forma muito interessante de evitar a atual arbitragem regulatória que o setor financeiro português vive quando se entra em competição com países com reguladores dotados destas instituições. Para realmente aproveitar esta vaga, Portugal deve definir estrategicamente como e onde quer ser o melhor nesta Europa sem fronteiras bancárias. Pequenos países como a Lituânia estão a fazer um trabalho notório e o banco central local decidiu ser o melhor hub europeu para basear empresas de pagamentos. O Governo português poderia ter um papel crucial na coordenação de todos estes intervenientes e criar uma infraestrutura estável para empresas, startups e incumbentes desenvolverem estes avanços.

2 QUE PAPEL TERÃO AS FINTECHS NO FUTURO DO DINHEIRO?



SEBASTIÃO DE LANCASTRE
CEO
Easypay

1. O dinheiro precisará sempre de um suporte físico para o transacionar, quanto mais não seja um telemóvel. Mas se falarmos em notas ou moedas, diria que já acabou, pois há uns anos que usamos muito o plástico, os cartões, para o transacionar. Ainda assim, cada país é um caso concreto. Em Portugal, 86% das transações monetárias ainda são feitas em dinheiro, porque as transações digitais e por cartão ainda são caras e demoram muito tempo. Se queremos fazer uma transferência entre duas contas de bancos diferentes, esta pode demorar até 72 horas. Há países, como a Dinamarca ou a Suécia, onde as transações em dinheiro são apenas 20%, porque há alternativas rápidas, seguras e baratas. É preciso arranjar um caminho para facilitar as transações digitais e torná-las mais 'user friendly', porque o dinheiro físico irá efetivamente acabar.

2. Já estão a desempenhar um importante papel no presente, pelo que não é preciso chegarmos muito mais ao futuro. As fintech como a Easypay estão empenhadas na digitalização e simplificação de processos, coisa que os bancos maiores têm dificuldade em fazer com a celeridade desejada. Por isso é que as fintech estão a posicionar-se enquanto parceiras da digitalização, mais do que concorrentes dos bancos.

3. Os reguladores de cada país terão de fazer o seu trabalho de acordo com a realidade de cada um. Portugal está atrasado no processo de transposição da diretiva (a data limite imposta já passou). Países como França, Alemanha, Itália, Holanda, Espanha, Polónia, Reino Unido e o Luxemburgo já vivem esta realidade e têm-se demonstrado à altura do desafio. Em Portugal está a levar mais tempo, mas existem equipas dedicadas a este tema, pelo que confio que, quando chegarmos à altura da transposição, estaremos à altura. Aquilo que me faz mais sentido seria o BdP criar uma 'sand box' que permita a criação de mais fintechs, incentivando a que estas possam desenvolver a sua atividade trazer maior dinâmica e novos serviços ao mercado.

3 OS SUPERVISORES ESTÃO À ALTURA DO DESAFIO?



DUARTE LÍBANO MONTEIRO
CEO
Ebury Ibéria

1. O dinheiro físico como o conhecemos dificilmente desaparecerá. A sua circulação está disseminada pelos Estados e a quantidade que está nas mãos das populações está diretamente ligada à economia real.

2. As fintech estão a abrir um caminho no sentido da diferenciação do mercado e estão a moldar a indústria financeira, introduzindo uma maior competitividade num setor como a banca, muito tradicional. O futuro será marcado pela colaboração dos dois universos, o tradicional e o digital. As plataformas e as aplicações de pagamentos on-line e transferências estão a mudar e vão continuar a transformar a forma como os utilizadores movimentam os seus fundos, fazendo-o de forma cómoda, ágil e com grande acessibilidade, sempre sob o mais rigoroso standard de segurança em termos de transações e processamento de dados.

4. É isso que se espera. A supervisão financeira não tem outro objetivo que não o de garantir a transparência dos mercados e garantir a proteção dos investidores de produtos financeiros. Um dos desafios das organizações financeiras será o de como cumprir com as exigências do presente quadro regulamentar. Neste sentido, a tecnologia é um dos aliados, uma vez que a sua implementação vai ajudar a cumprir alguns dos requisitos.

4 NOVO MODELO DE SUPERVISÃO VAI TER EM CONTA ESTA REALIDADE?



RICARDO COSTA
CEO
LOQR

2. As Fintech vão, muito rapidamente, com a automatização de processos, diminuição do erro, e melhores previsões tornar o "dinheiro" e o seu uso mais barato, eficaz e acessível. Vão impor uma diminuição de comissões, conseguir fazer melhores aconselhamentos financeiros em virtude da sua visão mais global da situação financeira de cada um, otimizando as transações, pagamentos e movimentações não físicas de dinheiro de uma forma global. Vão aumentar o uso da moeda virtual em detrimento da moeda física, tornando o "dinheiro" mais transparente e rastreável. Vão criar áreas de negócios que ainda nem imaginamos, fazer e apresentar produtos cruzados com grande naturalidade. Resumindo, a tecnologia vai criar todo um novo mundo para o "dinheiro", tal como tem feito, por exemplo, para o "carro".

3. Aos supervisores compete regular para proteger o setor financeiro dos riscos sistémicos. No mercado em plena evolução, com a tecnologia a reinventar o setor, novos riscos surgem permanentemente, os quais nem sempre são passíveis de fácil reconhecimento. Compete ao regulador ser um dinamizador e eventual catalisador da inovação financeira. É sua função assegurar uma transição adequada entre a inovação e a disrupção. É sua obrigação assegurar a "segurança" do cidadão. Obviamente que fazer tudo "isto" num ambiente de rápida transformação e mutação da atividade imposto pela dinâmica fora do normal das empresas de base tecnológica, não é fácil. À semelhança do setor financeiro que regula, tem de manter uma contínua adaptação e ajuste às novas realidades da tecnologia que rege, mantendo um maior foco no cidadão.

4. Deverá dar prioridade aos atuais desafios da digitalização e da globalização. A transformação digital está a introduzir alterações a um ritmo e profundidade sem precedentes. Por outro lado, deve acautelar a presença, nos mercados, de players de dimensão global, com soluções interoperáveis.



VITOR RIBEIRINHO
Deputy Chairman
KPMG Portugal

1. O caminho para uma sociedade 'cashless' não ocorre à mesma velocidade em todo o lado. Países como a Suécia estão mais próximos dessa realidade, mas há geografias em que a ausência de infraestruturas tecnológicas impede que essa seja uma visão realista num futuro próximo. Em Portugal estamos no bom caminho, temos um sistema de pagamentos avançado e eficiente, reconhecido internacionalmente e que mostra sinais de querer manter-se na linha da frente da inovação. Mas ainda existe um elevado peso do numerário como instrumento de pagamento. O caminho será tão mais rápido quanto maior for a capacidade dos players trazerem para o mercado soluções seguras.

2. Um papel cada vez mais relevante. É interessante verificar que, ao invés da promoção de concorrência com as fintech, as instituições financeiras estão a criar plataformas de cocriação e colaboração, incorporando inovação e diferenciação nos seus modelos de negócio. Esta lógica colaborativa pode ter impactos muito positivos nas ofertas de produtos e serviços e na eficiência das instituições.

3. Os supervisores e reguladores estão empenhados em acompanhar as tendências. Para o setor bancário é fundamental a existência de um 'level playing field', que permita igualdade de circunstâncias para todos os players e a ação dos reguladores será decisiva na formatação dos desafios. Veja-se o caso da diretiva PSD2, que obriga os bancos a partilhar informação financeira dos clientes com 'Third Party Providers'.

4. Nenhuma reforma pode deixar de considerar esta nova realidade. Não duvidamos que os supervisores estão a capacitar-se e a preparar-se para as alterações ao contexto. O BdP, por exemplo, colocou as Fintech no plano estratégico para 2017-2020 e o Conselho de Supervisão e Estabilidade Financeira será dotado de meios humanos, técnicos e materiais adequados para responder a este desafio.



MARIA ANTÓNIA SALDANHA
Diretora de Marca e Comunicação
SIBS

1. No que depende da SIBS, claro que sim. Mas não acreditamos que realmente vá acabar. A forma e/ou modo como o dinheiro físico será utilizado é que irá, sem dúvida, evoluir. Senão vejamos: Portugal está entre os países da Europa com maior utilização de instrumentos de pagamento eletrónico e temos um dos sistemas de pagamento mais desenvolvidos e abrangentes. O consumidor português tem acesso a serviços de pagamento que lhe facilitam o dia a dia, e estes serviços já representam mais de 50% das operações do Multibanco, por exemplo. Comparando com a Europa, os portugueses têm seguido a tendência de utilizarem cada vez menos o dinheiro. Por outro lado, a importância crescente da economia digital tem sido acompanhada por uma evolução na oferta dos pagamentos. É nesta área de pagamentos móveis e 'wallets' digitais que poderemos esperar as maiores inovações nos próximos anos.

2. Serão muito importantes no impulsionamento de novos serviços de pagamento. Aliás, a recente diretiva de pagamentos europeia (PSD2), que cria e regula novos tipos de serviços de pagamento, promove a criação e atuação de novos tipos de prestadores destes serviços. A PSD2 abre o mercado a novos serviços e à utilização de 'API' que permitem aceder a dados de contas bancárias ou iniciar pagamentos, mediante autorização prévia dos consumidores e que os novos serviços tanto possam ser prestados pelos atuais Prestadores de Serviços de Pagamento (caso das Instituições Financeiras) e novos intervenientes. Neste sentido, a SIBS está a desenvolver a 'Open Banking API', com o objetivo de contribuir para que o sistema de pagamentos nacional beneficie das oportunidades da PSD.

3. Têm todas as condições para conseguirem dar respostas a estes novos desafios sobretudo porque se podem basear nas várias legislações que a UE tem vindo a lançar, com o objetivo maior de criar um mercado único de pagamentos na Europa. Bons exemplos disso são as diretivas designadas de PSD (Payment Services Directive); a primeira foi adotada em 2007 e serviu de base à fundação da SEPA (Single Euro Payments Area). A mais recente, PSD2, vem complementar os desafios mais atuais.



JOÃO PEDRO DUARTE
Country Manager
SEQR Southern Europe

1. O dinheiro físico não irá acabar tão cedo. Agora existirá cada vez mais uma tendência "menos física" para os vários tipos de pagamentos. Esta evolução pode ser acompanhada no nosso dia a dia: a legislação e as regras AML pedem, cada vez mais, um suporte digital para as transações de menor valor; a existência de um maior número de soluções e aplicações móveis de suporte aos pagamentos em formato digital; e existência de dinheiro digital em algumas 'wallets' em que o utilizador desmaterializa o seu dinheiro; e por fim, no surgimento e crescimento das chamadas criptomoedas que estão a ganhar espaço no nosso dia a dia e já podem ser utilizadas para pagamentos e transações em retalhistas físicos.

2. Serão (e já o são) os disruptores do mercado. Necessários para uma rápida evolução, para uma abrangente experimentação de serviços – uns com sucesso e outros nem por isso, mas é experimentando que se evolui. Um banco com todo o seu "peso burocrático", o compliance necessário, que muitas vezes estrangula a vontade do banco em evoluir e inovar, não consegue acompanhar toda esta movimentação de ideias geradas pelas startups. Mas julgo que muitos estão a progredir no bom sentido associando-se às fintech que "encaixam" no seu modelo de negócio, que podem trazer mais valia para os seus clientes.

3. Até hoje, os supervisores tinham uma ação mais passiva e sobre um menor número de entidades. A PSD2 vai criar um conjunto de oportunidades que empresas normalmente "não financeiras" não vão deixar passar ao lado. Estima-se o surgimento de várias pedidos de licenças PISP e AISP (licenças para serviços de iniciação de pagamentos e de serviços de informação sobre contas) que vão exigir uma rápida e concisa resposta dos supervisores. Estes pedidos vão ser realizados por entidades que não estão habituadas a esperar 6 a 12 meses por uma resposta burocrática dos supervisores. No seu ponto de vista, 12 meses depois, o próprio modelo de negócio já se alterou e a agilidade faz parte do "core" comportamental.

4. Terá que ter. O surgimento de cada vez mais fintechs, a alteração da regulamentação com a PSD2, vai exigir um acompanhamento à altura da supervisão.



Identidade Digital nos Serviços Financeiros

Para que os Serviços Financeiros possam implementar uma estratégia completa de transformação digital no relacionamento com os clientes, terão de se munir com ferramentas que suportem a integral desmaterialização dos seus processos.

Iniciativas já implementadas, reduzem o uso de suportes físicos na operação, mas estão longe de assegurar a desmaterialização total que potenciará mais ganho operacional e ainda mais conveniência para o cliente, com maior satisfação com o serviço, incremento de valor da marca e crescimento do negócio.

A LOQR, empresa conotada como Fintech cooperativa com a banca instituída, desenvolve soluções tecnológicas disruptivas que sustentam novos modelos de relacionamento 100% digitais entre serviços financeiros e os seus clientes, oferecendo mais simplicidade de interação remota e maior fiabilidade aos serviços, com elevados ganhos de segurança, que minimizam o espaço para repúdio de transações.

A solução integrada de gestão de identidade da LOQR, permite de forma simples identificar, reconhecer e gerir clientes, parceiros e colaboradores de uma instituição bancária, nacionais ou extrapolando fronteiras. A solução suporta as necessidades de:

- **Abertura de Conta 100% Digital**, permitindo a identificação e registo digital de clientes, por processo totalmente desmaterializado em conformidade com regulamentação do Banco de Portugal e UE, para criação de uma identidade digital unívoca e geração de mecanismos de autenticação exclusivos do cliente,

- **Autenticação Forte adaptativa de Clientes**, assegurando o reconhecimento e autenticação da sua identidade, com associação dinâmica à operação e avaliação contínua de risco de fraude, requerendo a intervenção da pessoa titular

da identidade digital, cumprindo com a Payment System Directive 2, e

- **Gestão de controlo de acessos**, cumprindo a General Data Protection Regulation, facilitando a associação e controlo de uso de serviços e acesso a informação do cliente, exclusivamente pela identidade digital do seu titular.

Complementam a solução os mecanismos de Comunicação Digital, Certificados Digitais de Identidade, Assinatura Electrónica de documentos, Registo de transações, Gestão contínua de Risco e Analítica de Dados.

A solução é uma plataforma de serviços instalada no banco, completada com componentes funcionais para integração em dispositivos móveis, na aplicação do próprio banco, que incluem um Assistente Pessoal de Registo, Autenticação, Assinatura de transações e Comunicação.

As soluções tecnológicas inovadoras da LOQR, asseguram:

1. Simplicidade de uso para o utilizador
2. Facilidade de integração e gestão
3. Elevada resiliência e segurança
4. Conformidade regulamentar

Os múltiplos desafios que os serviços financeiros atualmente enfrentam, serão para os mais aptos uma excelente oportunidade de recriação, tirando proveito das tendências da envolvente social e tecnológica que os rodeia e da eliminação de barreiras físicas e geográficas. A transformação digital surge como caminho pavimentado por novos enquadramentos regulatórios que abrem novos modelos de negócio com captação de clientes no mercado de escala europeia.

<https://loqr.io/>

com o apoio de 



**No mundo digital
será que
fazemos melhor
ou apenas mais?**



Quanto melhor a pergunta. Melhor a resposta. Melhor trabalha o Mundo.